

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da cerimónia de Inauguração do monumento aos antigos combatentes de Alte.

Alte, 08 de setembro de 2020

As minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia pelo honroso convite para inaugurar hoje este monumento aos antigos combatentes da freguesia de Alte.

Enquanto Ministro da Defesa Nacional considero sempre ser um privilégio poder participar em eventos que homenageiam antigos combatentes, quer seja os que felizmente se encontram hoje connosco, quer seja honrando aqueles que caíram em combate. Impressionam-me sempre os fortíssimos laços de solidariedade e de amizade que unem os vivos, tal como me impressiona a profunda presença deixada por aqueles que caíram, uma presença permanente na memória não apenas dos familiares, mas das coletividades, das povoações e dos povos, pois a sua morte não ocorre no quadro de uma tragédia de dimensão familiar, mas

antes no âmbito de uma história coletiva que a todos diz respeito. Honrar as suas memórias é um gesto essencial para uma sociedade que se queira respeitar a si própria, e vejo no nosso país, de norte a sul, manifestações constantes desse forte impulso de resgate da memória, esse impulso de reconhecimento que é fundamental para que possamos continuamente, juntos, construirmos o nosso futuro.

Reconhecer os antigos combatentes, os que faleceram em combate e os que hoje estão entre nós, é algo que Portugal deve a si mesmo, é uma dívida que o Portugal do presente tem em relação ao Portugal do passado, e o reconhecimento dessa dívida é uma peça chave para construirmos o país que queremos para o futuro.

Enquanto Ministro da Defesa Nacional este reconhecimento é uma das minhas mais elevadas responsabilidades, algo que partilho com a Senhora Secretária de Estado Catarina Sarmento e Castro que tem a missão de dar resposta condigna pela parte do Governo às necessidades dos antigos combatentes.

Confesso, no entanto, que para além da elevada responsabilidade institucional que sinto ao estar aqui hoje convosco, este momento tem igualmente uma dimensão profundamente pessoal. Alte é terra do meu avô e bisavô, e de gerações anteriores. Alte é a terra que acolheu o meu Pai, hoje aqui connosco, quando ele veio de Angola com o irmão, o meu Tio Rogério, ambos ainda muito jovens. Apesar de nunca ter aqui vivido, recordo-me bem de vir a Alte, enquanto criança, para visitar os meus bisavós, e de imaginar este lugar como uma espécie de terra de origem da nossa família.

Estar aqui hoje a cumprir um dever de Ministro da Defesa Nacional é, pois, também, uma profunda alegria.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, a inauguração, em 2020, deste monumento comemorativo, recorda-nos o preço elevado que a guerra tem nas nossas comunidades.

Portugal livre e democrático, em boa hora, pôs fim à guerra iníqua que o antigo regime levava a cabo nas colónias, e desde então o país soube transformar-se sendo hoje um importante contribuinte para a paz e a segurança internacionais, através das missões internacionais em que se empenha e que muito nos devem orgulhar.

Mas é sempre nosso dever recordar os que caíram ao serviço do nosso país. Recordar as famílias e comunidades que sofreram e continuam a sofrer com as ausências causadas pela guerra é o caminho mais eficaz para a preservação da paz de que hoje usufruímos e de que as Forças Armadas, ao serviço do Portugal democrático que ajudaram a criar, são um instrumento fundamental.

O dever de homenagem, em palavras e em atos, simbolizado por este monumento aos filhos de Alte caídos em combate por Portugal durante o século XX, é exatamente o mesmo dever que impulsionou o trabalho do Governo e da Assembleia da República na recente aprovação, com um amplo consenso partidário, do Estatuto do Antigo Combatente.

O Estatuto é o mais importante avanço no dever de justo reconhecimento pelos sacrifícios de combatentes e famílias, ao serviço de Portugal, desde a inauguração do regime democrático.

Estamos bem cientes de que este é apenas o início de um caminho que se pretende mais amplo e que nos exige dedicação diária. É, no entanto, um contributo já muito significativo para a dignificação daqueles que serviram a Pátria com coragem, lealdade, abnegação e sacrifício. Esta homenagem prática constitui um dever de todas as gerações.

Esta nova lei da República não pode, e estou certo de que não será, uma lei distante dos nossos veteranos e das suas famílias, algo que poderemos comprovar pelas variadíssimas manifestações de interesse que diariamente recebemos.

A primeira dimensão que o Estatuto do Antigo Combatente assume é a simbólica, dando expressão ao reconhecimento que o Estado Português deve aos militares que combateram ao serviço de Portugal, associando à aprovação do Estatuto o simbolismo da instituição do Dia do Combatente e da criação do Cartão do Combatente, justamente indicando-os como “titulares do reconhecimento da Nação” – uma expressão que constará do próprio cartão a emitir.

Na dimensão substantiva, o Estatuto prevê o aumento do Complemento Especial de Pensão para 7%, duplicando-o, e institui a entrada gratuita nos museus e monumentos nacionais, bem como a gratuitidade dos transportes públicos nas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais para os antigos combatentes, sendo a contrapartida assegurada pelo governo.

O Estatuto é guiado pelo compromisso de cuidar dos mais vulneráveis, consagrando para eles um Plano de Apoio aos Antigos Combatentes em Situação de Sem Abrigo, e um Plano de Apoio aos Deficientes Militares.

De igual forma, fica ainda expresso na lei nacional o papel do Balcão Único da Defesa e do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar, que assumem funções importantes no apoio aos veteranos portugueses, e institui-se uma Unidade Técnica para os Antigos Combatentes, assegurando assim deste modo a necessária atenção permanente.

Estes apoios são também alargados à família militar, através do apoio médico, psicológico e social, não só aos militares que padeçam de stress pós-traumático, mas também aos familiares,

bem como aos cônjuges e unidos de facto sobreviventes dos antigos combatentes.

Vale a pena sublinhar que o Estatuto, agora vertido na legislação nacional, inclui também os militares que integram as missões internacionais em que Portugal participa, apoiando-os e reconhecendo o seu valoroso contributo para o cumprimento da missão das Forças Armadas na promoção da paz e da segurança nacional e global, no presente.

Nestes primeiros dias do Estatuto do Antigo Combatente, a afluência ao Balcão Único da Defesa e outros meios tem sido elevada, o que é bem demonstrativo das elevadas expectativas quanto a este Estatuto.

Estamos a trabalhar com toda a celeridade para que todos os procedimentos exigidos pela lei se cumpram rapidamente, trabalhando com os nossos contrapartes nas finanças, na segurança social, nas autarquias, e em outros serviços públicos, para que os apoios previstos possam ser concretizados sem demora. Saúdo em particular o grande empenho e a diligência da Senhora Secretária de Estado nesta missão.

Estou certo de que vamos poder contar, como contámos até aqui, com a colaboração preciosa das associações de combatentes e de deficientes militares, no apoio aos seus associados e na divulgação destes direitos, agora consagrados na legislação nacional.

A ampla rede de associações militares, em todo o território nacional, é prova viva dos laços inquebráveis que o serviço militar

forja. Este sentido de serviço e de dever, que muitos abraçaram e continuam a abraçar, é transmitido às novas gerações através das histórias de família, das histórias pessoais, e também da presença pública corporizada na nossa homenagem através de monumentos como este.

É esta poderosa rede de afetos e de apoio que faz com que servir nas fileiras das Forças Armadas seja um privilégio, que temos obrigação de transmitir aos nossos compatriotas e em particular aos mais novos.

Obrigado à Junta de Freguesia de Alte, e sobretudo aos antigos combatentes de Alte, por nos permitirem cumprir este dever de homenagem.